

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO
O ano de 2023 foi um período de transformações para a PEFISA, caracterizado por mudanças administrativas e estratégicas que impulsionaram o crescimento e a inovação. Uma das principais conquistas foi a implementação de três novas parcerias que fortaleceram nossa posição no mercado bem como a expansão da nossa oferta de serviços financeiros. Além disso, consolidamos nossa presença no canal próprio com as Lojas PEFISA e estruturamos nossas operações no segmento Pessoa Jurídica para maximizar a monetização e a transacionalidade, enquanto buscamos reduzir os riscos da carteira de crédito.

DESTAQUES DO ANO
Durante o ano, alcançamos diversos marcos importantes que refletem o progresso e a eficácia das nossas iniciativas:
Novas Parcerias:
Um dos destaques é a implantação de três novas parcerias: (i) Palmeiras Pay: parceria junto à S.E. Palmeiras e a bandeira ELO, oferecendo para seus torcedores um ecossistema completo de *Banking* associado a benefícios que geram engajamento com o clube, como adesão ao programa de sócio torcedor e condições diferenciadas para compras em lojas do Palmeiras; (ii) Carmen Steffens: através desta parceria viabilizamos a primeira variante Nanquim da bandeira ELO, gerando maior potencial de faturamento junto à bandeira, bem como um crescimento da base de clientes para o público de alta renda; e (iii) Leroy Merlin: aumentando a diversificação dos segmentos que a Pefisa atua, oferecemos aos clientes Leroy Merlin três variantes do ‘Cartão Celebre!’, são eles: ELO Mais, ELO Grafite e ELO Nanquim, com solução financeira completa, além de oferecer facilidades e benefícios para compras nas lojas físicas e pela internet.

Consolidação no Canal Próprio:
A PEFISA também consolidou sua atuação no canal próprio: as Lojas PEFISA, que além de oferecer produtos e serviços financeiros, tem por objetivo atuar como ponto de distribuição de outros produtos, sendo um espaço de prestação de serviço à comunidade.

Segmento Pessoa Jurídica:
No segmento Pessoa Jurídica, se estruturou com foco em monetizar a operação, usando o ecossistema de fornecedores da Pernambucanas e nas parcerias, otimizando as operações e atuando com BaaS, buscando maior transacionalidade e diluição do risco de sua carteira. Usando o canal de distribuição Lojas PEFISA, iniciamos a operação com pequenas empresas, oferecendo como produto principal a ‘Conta Digital Empresas’ com a maquininha ‘Pefisa Pay’.

Crescimento Financeiro:
Nosso crescimento foi de 38% no faturamento em relação ao ano anterior, demonstrando a capacidade que a PEFISA tem de entregar os resultados esperados com as parcerias de arranjo de pagamentos. Outro fato importante, foi a extensão do prazo de contrato com a ELO e, em novembro de 2023, atingimos a marca histórica de R\$ 1 BI em faturamento *OffUs* nos cartões desta bandeira. As receitas totais cresceram 28,5% no ano, influenciadas principalmente pelas Receitas de Juros de Cartões e Pessoa Jurídica. A produção de novos cartões de crédito atingiu 1.5 MM de unidade em 2023, superando em 15% a produção do ano anterior.

EXPANSÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO E PERSPECTIVAS PARA 2024
Em 31 de dezembro de 2023, o indicador de *over 90* foi de 17,7% contra 13,5% em 31 de dezembro de 2022. Com a expansão acelerada da nossa carteira de crédito (43% vs LY), puxada pelo (i) crescimento do cartão bandeirado Pernambucanas, pelo (ii) início das novas parcerias e (iii) maturação da carteira originada na expansão da nossa rede de lojas, observamos uma degradação de 15% no custo de crédito, o que é esperado em um movimento de formação e maturação de novas carteiras. Quando analisamos a carteira de lojas maduras, a degradação foi ainda menor de apenas 1,2 p.p., uma boa performance considerando um mercado mais desafiador no que se diz respeito à inadimplência. Como consequência, também encontramos maiores desafios na cobrança como maiores *tickets* e clientes mais endividados. Frente a este cenário, tomamos algumas medidas ao longo do ano para já ajustar a degradação observada, seja na concessão de crédito, que passou a ser mais restritiva, ou na intensificação de força na cobrança. Em maio, realizamos a venda da carteira NPL e no mês de outubro entramos com ofertas bastante agressivas para os clientes participantes do Programa Desenrola do Governo Federal. Todas estas ações já começam a refletir positivamente e encerramos o ano com boas perspectivas de melhoras nos indicadores para 2024.

CAPACIDADE FINANCEIRA
Declaramos possuir a capacidade financeira necessária e a firme intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”. Esta decisão reflete nossa estratégia de investimento de longo prazo e nosso compromisso com a estabilidade financeira e o crescimento sustentável da organização.

CONCLUSÃO
À medida que avançamos para o ano de 2024, nosso foco está na otimização da estratégia e operação da cobrança, na maior frequência das ações de manutenção de limite (aumento e redução), na otimização dos modelos das parcerias e de canais (especificamente do *onboarding* nos apps), e na revisão das nossas camadas de prevenção a fraudes, na consolidação e rentabilização das parcerias, expansão dos negócios de Pessoa Jurídica e Lojas PEFISA, além de evoluir nas produções de empréstimo consignado, seguros, assistências e capitalização, o que nos permitirá rentabilizar ainda mais as operações, com redução do risco da carteira de crédito. Continuaremos comprometidos em oferecer um excelente atendimento aos nossos clientes e em satisfazer suas necessidades financeiras de forma eficiente e responsável.

Números não auditados.

São Paulo, 25 de março de 2024.
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022									
(Em milhares de reais)									
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022		
Disponibilidades	4	52.658	36.421	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		2.523.810	2.055.085		
Instrumentos financeiros		5.612.853	4.517.094	Instituições financeiras	14	2.472.556	2.025.706		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	617.986	788.309	Outros clientes	14	51.253	29.379		
Títulos e valores mobiliários	6	264.809	218.951	Provisões	15	524.556	491.257		
Operações de créditos	8	4.482.958	3.314.214	Contingências		524.556	491.257		
Outros instrumentos financeiros	10	247.101	195.620	Outros passivos	16	2.042.116	1.437.132		
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(848.265)	(587.082)	Patrimônio líquido	17	749.169	578.113		
Créditos tributários	11	340.311	284.821	Capital social		508.000	298.000		
Outros ativos	12	359.684	79.589	Reservas		241.169	280.113		
Investimento em participação em Controlada		7.622	2.635						
Imobilizados e intangíveis	13	426.010	325.295						
(-) Depreciações e amortizações	13	(111.222)	(97.186)						
Total do ativo		5.839.651	4.561.587	Total do passivo		5.839.651	4.561.587		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022					
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023				E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023					
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)				(Em milhares de reais)					



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(...continuação)

1. **Contexto operacional**
A PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Financiadora"), com sede na Rua da Consolação, nº 2411 - Consolação, São Paulo, foi constituída em 21 de março de 1980.
A Financiadora, *fintech* e braço financeiro do grupo Pernambucanas, tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços e para capital de giro, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas e não vedadas para as sociedades de crédito, financiamento e investimento. A Financiadora é emissora e administra cartões de crédito e contas de pagamento, podendo ainda praticar as atividades a estas afins e os demais procedimentos necessários para a sua colocação no mercado, na forma da legislação em vigor, sendo participante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

2. **Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e demais disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências, nos estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Os saldos entre Circulante e não Circulante estão demonstrados nas notas explicativas.

(a) Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e nos períodos comparativos, foram realizadas algumas reclassificações de saldos na Demonstração dos Fluxos de Caixa, assim como as aplicações em operações compromissadas passaram a ser classificadas como caixa e equivalentes de caixa, considerando que o prazo original destas é inferior a 90 dias, vide Nota 4.

	31/12/2022		
	Reclassi-	Reapre-	
	ficação	sentação	
Lucro líquido ajustado do período	262.156	383.975	646.131
Resultado de participação em Controlada	(1.635)	247	(1.388)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	180.238	383.728	563.966
Varição em ativos operacionais - (Aumento) / diminuição	(1.446.551)	146.462	(1.300.089)
Operação de crédito	(1.377.902)	(61.483)	(1.439.385)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	16.939	16.939
Títulos e valores mobiliários	-	126.178	126.178
Outros ativos e outros instrumentos financeiros	(68.649)	64.828	(3.821)
Varição em passivos operacionais - Aumento / (diminuição)	300.831	(247)	300.584
Outros passivos	343.547	(247)	343.300
Caixa líquido proveniente / (aplicado) das atividades operacionais	(883.564)	530.190	(353.374)
Aumento / diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(14.615)	530.190	515.575
Modificações na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	77.158	231.997	309.155
No fim do período	62.543	762.187	824.730
Aumento / (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(14.615)	530.190	515.575

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 25 de março de 2024.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com prazo igual ou inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Financiadora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, conforme a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil, podendo ser classificados de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.

Na categoria títulos disponíveis para venda, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias descritas negociação ou disponíveis para venda, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

(e) Operações de crédito, títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação pelo período de seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

O saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora é composto por Provisão Específica, calculada segundo requisitos mínimos da Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN e por Provisão Adicional, calculada através de Modelos Internos, cuja mensuração considera entre outros, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes estágios, como se observa nas definições a seguir:

Estágio 1 - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial. Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 2;

Estágio 2 - Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, registra-se uma penalização na provisão maior que no estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 3;

Estágio 3 - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mas agravando a PD "*Probability of default*" para 100%.

O detalhamento da composição e o saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora podem ser observados na Nota 9.

(f) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Imobilizado

São registrados pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

(h) Intangível

O ativo intangível está representado por gastos com desenvolvimento de *software*, projetos em desenvolvimento e licenças de *software*. A amortização para esses intangíveis é calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil ou dos benefícios futuros.

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*;
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

As alíquotas aplicáveis são de 15% para a contribuição social e de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício, para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes e temporárias sobre as respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

(j) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional, que determinam que a Financiadora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, às seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

É constituído crédito tributário de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%), calculado sobre as diferenças temporais, representadas pelo montante das despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins do referido imposto e contribuição. A realização desses ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2023, não há créditos tributários ativados oriundos de prejuízo fiscal e/ou base negativa.

(k) Captações em recursos de aceites cambiais

As captações em recursos de aceites cambiais são registradas pelo valor recebido, acrescidas pelos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal.

(l) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 de passivos contingentes descritos abaixo:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões e contingências passivas – provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(m) Provisão para recuperação de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

(n) Outros ativos e outros passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

(o) Resultado recorrente / não recorrente

As políticas internas da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disto, a Administração da Financiadora considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes.

Atendendo à Resolução BCB nº 2/2020, os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 22.

(p) Plano de Implementação da Resolução nº 4.966/21

Conforme previsto no Artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, a PEFISA elaborou o Plano de Implementação da referida Resolução, no qual as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem apresentar plano para a implementação dos conceitos e os critérios contábeis a serem observados na classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como, na constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros. O referido plano foi devidamente aprovado pela Diretoria da Financeira, contudo, faz-se necessário destacar que seguem pendentes por parte do órgão regulador, a publicação de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, principalmente referente ao modelo simplificado de Perda Esperada a ser definido para as Instituições classificadas como S4, como no caso da PEFISA. Considerando este contexto, o plano de trabalho da PEFISA contemplará as seguintes etapas:

Avaliação de gaps (2023)

Avaliar e identificar possíveis *gaps* com relação às normativas e definir critérios de implantação específicos, com foco nas principais mudanças, as quais relacionamos abaixo:

- a) Definição do modelo de negócio e classificação dos instrumentos financeiros;
- b) Ativo problemático;
- c) Conceito de cura;
- d) Renegociação e reestruturação;
- e) Alocação dos instrumentos financeiros em estágios;
- f) Prazo de revisão da perda esperada;
- g) Piso de provisão;
- h) Grupo homogêneo de risco;
- i) Taxa efetiva do contrato;
- j) Novo prazo para *accrual* de juros;
- k) *Write-off*;
- l) Novos COSIF's;
- m) Necessidade de incorporar novas informações nos sistemas origem.

Implantação (2023)

Desenvolvimento e implantação para correção e ou adaptação nas seguintes frentes:

- Tecnologia – implantação da taxa efetiva de contrato nos sistemas de origem e alteração da regra de *accrual* de juros de 60 para 90 dias;
- Motor de cálculo – incorporar ao motor de cálculo os *gaps* identificados em relação à nova normativa;
- Reportes – desenvolver e ou adaptar os reportes (gestão e regulatório) para contemplar os *gaps* identificados;
- Novos COSIFs – desenvolver e implementar fluxo contábil para absorver e alimentar novos COSIFs.

Perda fiscal – adaptar fluxo atual de perdas às novas legislações.

Estabilização (2024)

Acompanhamento da implantação e promover a revisão de papéis e responsabilidades quanto à governança, bem como, revisar políticas e procedimentos para incorporar a nova realidade de perdas aos processos de gestão de riscos, gestão de produtos, elaboração de orçamentos, *pricing* e demais *reportings*.

4.

Caixa e equivalente de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades		
Moeda nacional	52.266	35.720
Moeda estrangeira	392	701
	52.658	36.421
Vencimento até 90 dias		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.089	26.122
Aplicações em operações compromissadas ⁽¹⁾	520.112	762.187
Total	602.859	824.730

As receitas decorrentes das aplicações interfinanceiras são apresentadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários (vide Nota 6).

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2023 e nos períodos comparativos, foram realizadas algumas reclassificações de saldos na Demonstração dos Fluxos de Caixa, assim como as aplicações em operações compromissadas passaram a ser classificadas como caixa e equivalentes de caixa, considerando que o prazo original destas é inferior a 90 dias (vide Nota 2 (a)).

5.

Aplicações interfinanceiras	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em operações compromissadas		
Vencimento até 365 dias	67.785	-
Total	67.785	-

A composição das aplicações financeiras de liquidez registradas no Balanço Patrimonial, está representada por aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4) e aplicações em operações compromissadas.

6.

Títulos e valores mobiliários		Valor do custo em 31/12/2023	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Títulos públicos				
Carteira própria				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	100 a.a.	264.809	106.364	158.445
		264.809	106.364	158.445

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(...continuação)

Títulos mantidos até o vencimento	(%)	Valor do custo em 31/12/2022	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Títulos públicos				
Carteira própria				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	100 a.a.	218.951	132.479	86.472
		218.951	132.479	86.472
O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários				
		2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez (vide Notas 4 e 5)		28.778	69.133	71.106
Títulos públicos		17.529	31.899	32.885
Outros		21	36	83
Total		46.328	101.068	104.074

7. **Instrumentos financeiros derivativos**
A Financiadora pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para atender às suas necessidades próprias, de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

8. Operações de crédito				
As informações da carteira, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são assim sumarizadas:				
(a) A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, por modalidade de operação, está assim representada:				
		31/12/2023	31/12/2022	
Direitos creditórios descontados		198.860	157.008	
Risco sacado (i)		5.977	25.735	
Capital de giro		75.015	15.106	
Operações de crédito		1.819.423	1.240.261	
Total de operações de crédito		2.099.275	1.438.110	
Títulos e créditos a receber (ii)		2.383.683	1.876.104	
Total de títulos e créditos a receber		2.383.683	1.876.104	
Total da carteira		4.482.958	3.314.214	
Circulante		4.393.125	3.247.599	
Não Circulante		89.833	66.615	
(i) É um processo de antecipação de recebíveis pela modalidade de cessão de crédito, onde a Financiadora antecipa o valor do recebível com deságio ao fornecedor na data solicitada e recebe o valor integral do comprador na data original do pagamento.				
(ii) Operações com cartão de crédito <i>private label</i> e bandeirado.				
Ao final do exercício de 2023, o saldo de valores renegociados com clientes é no valor de R\$ 369.250 (R\$ 257.840 em 31 de dezembro de 2022).				
(b) O vencimento da carteira de operações de crédito apresenta o seguinte perfil:				
		31/12/2023	31/12/2022	
		A vencer	Vencidos	A vencer
		Valor	%	Valor
Até 30 dias		1.229.728	37,48	145.707
De 31 a 60 dias		601.505	18,33	99.848
De 61 a 90 dias		397.612	12,12	121.145
De 91 a 180 dias		616.487	18,79	350.825
De 181 a 365 dias		345.706	10,54	484.552
Acima de 365 dias		89.833	2,74	10
		3.280.871	100	1.202.087
(c) Por característica de cliente:				
		31/12/2023	31/12/2022	
Pessoa jurídica		279.852	197.849	
Pessoa física		4.203.106	3.116.365	
Saldo final		4.482.958	3.314.214	
(d) Receitas de operações de crédito				
		31/12/2023	31/12/2022	
Crédito pessoal		1.041.355	744.868	
Direitos creditórios descontados		41.533	33.442	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 9)		38.916	5.597	
		1.121.804	783.907	

9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos, no semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:				
		2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial		706.540	587.082	406.844
Complemento / reversão		525.073	890.421	563.966
Baixas contra a provisão		(383.348)	(629.238)	(383.728)
Saldo final		848.265	848.265	587.082
Composição da carteira por nível de risco:				
		31/12/2023	31/12/2022	
Nível	A vencer	Vencidos	Total	Provisão contabilizada
A	2.921.350	73.738	2.995.088	0,5
B	47.538	57.810	105.348	1
C	85.524	96.704	182.228	3
D	119.888	128.673	248.561	10
E	24.482	119.941	144.423	30
F	15.829	118.743	134.572	50
G	12.860	114.331	127.191	70
H	53.400	492.147	545.547	100
	3.280.871	1.202.087	4.482.958	
Complementar (*)				
			56.720	136.060
			848.265	587.082

(*) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN, com base no julgamento e experiência da Administração.
A Financiadora efetuou a baixa de operações de crédito contra prejuízo após 180 dias da classificação no nível "H".

10. Outros instrumentos financeiros				
		31/12/2023	31/12/2022	
Valores a receber da Controladora (Nota 21)		83.072	21.749	
Imposto de renda e contribuição social a compensar		78.625	59.913	
Devedores diversos – País		64.522	94.753	
Devedores por depósito em garantia		7.540	4.944	
Outros (i)		13.342	14.261	
		247.101	195.620	
Circulante		226.220	158.355	
Não Circulante		20.881	37.265	

11. Créditos tributários				
A Financiadora adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da Contribuição Social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 15% para Contribuição Social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis.				
(a) Natureza e origem dos créditos tributários				
		31/12/2023	31/12/2022	
		IR	CS	Total
Provisão para perda associada a risco de crédito (Nota 9)		77.022	46.213	123.235
Provisão para contingência – PIS e COFINS (Nota15)		127.337	76.402	203.739
Outras		8.335	5.002	13.337
		212.694	127.617	340.311
		31/12/2022	31/12/2022	
		IR	CS	Total
Provisão para perda associada a risco de crédito (Nota 9)		52.154	31.292	83.446
Provisão para contingência – PIS e COFINS (Nota15)		119.699	71.819	191.518
Outras		6.161	3.696	9.857
		178.014	106.807	284.821

Com base no atual nível de capitalização e operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2023 tenham a sua realização futura da seguinte forma:

(b) Expectativa de realização				
		2024	2025	Realização 2027 a 2032
Créditos tributários de imposto de renda				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	15.404	15.404	15.404	30.809
Provisão para contingência – PIS e COFINS (Nota 15)	127.337	-	-	-
Outras	4.533	-	3.802	-
	147.274	15.404	19.206	30.809
	131.789	12.335	-	-
Valor presente				
Créditos tributários de contribuição social				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	9.243	9.243	9.243	18.485
Provisão para contingência – PIS e COFINS (Nota 15)	76.402	-	-	-
Outras	2.721	-	2.281	-
	88.366	9.243	11.524	18.485
	79.074	7.401	-	-

Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 11,75% ao ano, referente ao custo médio de captação da Financiadora.
(c) Movimentação dos créditos tributários no período
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição:

	Saldo inicial	Adições	Realizações	Saldo final
Imposto de renda				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	52.154	85.092	(60.224)	77.022
Provisão para contingência – PIS e COFINS (Nota 15)	119.699	7.638	-	127.337
Outras	6.161	8.335	(6.161)	8.335
Total	178.014	101.065	(66.385)	212.694
Contribuição social				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	31.292	51.055	(36.134)	46.213
Provisão para contingência – PIS e COFINS (Nota 15)	71.819	4.583	-	76.402
Outras	3.696	5.002	(3.696)	5.002
Total	106.807	60.640	(39.830)	127.617
	284.821	161.705	(106.215)	340.311
	265.433	106.554	(87.166)	284.821
Em 31 de dezembro de 2023, todos os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social haviam sido reconhecidos pela Financiadora.				
(d) Despesa com imposto de renda e contribuição social				
	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022	
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(49.165)	(92.667)	31.471	
Alíquota vigente	40%	40%	40%	
Despesa de IRPJ e CSLL	(19.666)	(37.067)	12.588	
(Adições) exclusões permanentes				
Gratificação à Diretoria, multas e brindes		458	779	248
IOF assumido empresa		563	1.552	1.452
Resultado de participação em controladas	(1.255)	(2.286)	(555)	
Incentivo de inovação tecnológica (Lei nº 11.196/2005)	(18.830)	(18.830)	(18.784)	
Demais adições	1.743	2.129	(5.859)	
Resultado de IRPJ e CSLL no período	(36.988)	(53.723)	(10.910)	
Corrente	4.600	(1.767)	(7.426)	
Diferido	32.388	55.490	18.336	
% alíquota efetiva	75%	58%	35%	

12. Outros ativos				
		31/12/2023	31/12/2022	
Aporte para expansão (i)		2.575	43.754	
Comissões a apropriar (ii)		21.874	22.373	
Despesas antecipadas (iii)		335.235	13.393	
Outros		-	69	
Total		359.684	79.589	
(i) Investimento em abertura das lojas que atuam como nosso correspondente bancário.				
(ii) As despesas de comissão por intermediação sobre captação de recursos de depósitos a prazos são amortizadas linearmente pelo prazo de duração dos seus respectivos contratos, que variam até dois anos.				
(iii) Composto substancialmente por (i) R\$ 285.000 (R\$ 0 em 2022) relativo ao pagamento antecipado, referente ao contrato de prestação de serviços de distribuição de produtos da Financiadora, firmado em 2023, para o período de dez anos; e (ii) R\$ 50.235 (R\$ 13.393 em 2022) relativo aos gastos com aquisição de materiais e insumos são relacionados com emissão de cartões de crédito e débito e são amortizados no prazo de três anos de forma linear, prazo no qual se espera a geração de resultados futuros.				

13. Imobilizados e intangíveis				
	Taxa anual amortização	31/12/2023	31/12/2022	
Saldo anterior		228.109	135.504	
Adição				
Desenvolvimento tecnológico em andamento	-	88.811	76.020	
Softwares	20%	11.904	33.922	
Depreciação e amortização		(14.036)	(17.337)	
Total		314.788	228.109	
14. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes				
(a) Diversificação por produto				
		31/12/2023	31/12/2022	
Depósitos a prazo		2.456.556	1.846.910	
Recursos de aceites cambiais		16.000	178.796	
Contas de pagamentos		51.253	29.379	
Total		2.523.809	2.055.085	

(b) Diversificação por prazo				
		31/12/2023	31/12/2022	
Sem prazo		51.253	29.379	
Vencimento até 365 dias		455.873	446.561	
Vencimento acima de 365 dias		2.016.683	1.579.145	
Total		2.523.809	2.055.085	
Em 31 de dezembro de 2023, o custo médio de captação é de 119,98% a.a. do CDI com prazo médio remanescente de 2,74 anos (118,25% a.a. do CDI com prazo médio de 2 anos em 31 de dezembro de 2022).				
Resultado de operações de captações no mercado				
	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022	
Recursos de aceites cambiais	2.158	12.064	27.336	
DPGE	-	-	615	
CDB	169.060	318.591	195.571	
Outros	1.432	2.706	1.721	
Total	172.650	333.361	225.243	

15. Provisões				
As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN). Os critérios de reconhecimento e base de mensuração para determinação de contingências ativas e passivas levam em conta o estudo detalhado das ações judiciais e dos processos administrativos, e são baseados, também, na opinião profissional dos advogados patrocinadores dessas causas.				
(a) Ativos contingentes - Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.				
(b) Provisão para riscos fiscais (obrigação legal) - é decorrente de mandado de segurança impetrado, com o objetivo de questionar a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requereu-se, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração do direito das impetrantes de compensarem os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e COFINS, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. A Financiadora efetuou o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação à Lei nº 9.718/98 até dezembro de 2014, e a partir de 2015 passando a realizar os recolhimentos de acordo com a Lei nº 12.973/2014. Em 31 de dezembro de 2023, o montante destacado como provisão para riscos fiscais é de R\$ 509.347 (R\$ 478.794 em 31 de dezembro de 2022).				

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO



C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(...continuação)

As provisões são demonstradas como segue:			
	31/12/2023		
	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	66.928	411.866	478.794
Atualizações	4.271	26.282	30.553
Saldo final	71.199	438.148	509.347
	31/12/2022		
	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	63.052	388.016	451.068
Atualizações	3.876	23.850	27.726
Saldo final	66.928	411.866	478.794
(c) Provisão e passivos contingentes – A Financiadora constitui provisão relativa a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. As principais ações cíveis são relacionadas a relações de consumo. A provisão registrada nas demonstrações financeiras, no valor de R\$ 15.209 (R\$ 12.463 em 31 de dezembro de 2022), é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos montam R\$ 19.900 (R\$ 19.541 em 31 de dezembro de 2022).			

16. Outros passivos	31/12/2023	31/12/2022
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (i)	1.862.099	1.245.997
Outras (ii)	104.533	120.058
Valores a pagar às sociedades ligadas (Nota 21)	68.000	56.356
PIS e COFINS a recolher	6.751	6.246
Imposto de renda	641	5.151
Contribuição social	92	3.324
Total circulante	2.042.116	1.437.132
(i) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos aos estabelecimentos comerciais filiados.		
(ii) Referem-se a credores diversos a pagar e saldo credor portador.		

17. Patrimônio líquido	31/12/2022
Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado está representado por 508.000.000 (298.000.000 em 2022) ações ordinárias no valor de um real cada.	
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de janeiro de 2023, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 50.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo BACEN em 11 de maio de 2023.	
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2023, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 100.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo BACEN em 8 de setembro de 2023.	
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de novembro de 2023, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 60.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo BACEN em 9 de janeiro de 2024.	
Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovada pela Administração a distribuição de dividendos contra reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 20.000, pagamento realizado em 28 de abril de 2022.	
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2022, foi aprovada pela Administração a distribuição de dividendos contra reservas estatutárias no montante de R\$ 30.000, os quais foram pagos na mesma data.	
Aos acionistas está assegurado dividendo mínimo, correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício a ser aprovado por deliberação da Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2023, não foram apurados dividendos, em 31 de dezembro de 2022 foram apurados dividendos, conforme quadro abaixo:	
	31/12/2022
Lucro líquido	42.381
Dividendos – 25% base	10.595
Dividendos complementares	39.405
Reserva de lucros – Estatutária	
Poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Financiadora, bem como para garantir futuras distribuições de dividendos.	
Reserva de lucros – Legal	
A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.	
O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.	

18. Receitas de prestação de serviços	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de serviços prioritários – PF	15.337	25.173	16.906
Cartão de crédito diferenciado	101.034	188.425	218.831
Receita de outros serviços (*)	62.401	116.393	109.496
Total	178.772	329.991	345.233
(*) Referem-se às comissões recebidas de parcerias para oferta de serviços a usuários do cartão de crédito e débito.			

19. Outras despesas administrativas	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Processamento de dados	47.377	93.578	72.528
Despesas compartilhadas (Nota 21 (a))	5.732	24.517	122.921
Serviços de terceiros	29.207	56.068	38.938
Serviços do sistema financeiro	24.858	41.447	24.022
Depreciação e amortização	7.028	14.036	17.337
Despesas com transporte	5.073	9.347	9.027
Comunicação	4.230	8.160	6.875
Serviços técnicos	4.468	8.777	7.675
Indenizações judiciais / cíveis	976	1.588	17.520
Outras	15.072	27.798	6.496
Total	144.021	285.316	323.339

MARCELO LABUTO	MARCELLO MIRANDA	WALTER HIRATA OUCHI	MARCOS ANTONIO DE MELLO	MARIA HELENA ROVANI DA SILVA
Diretor-Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor Vice-Presidente	Controller	Contadora - CRC 1SP198981/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 20 de março de 2023, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

20. Outras receitas / despesas operacionais	2º semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas operacionais	202.245	291.855	179.806
Receitas de intermediação (cartão de crédito)	83.868	148.243	95.673
Antecipações de obrigações	19.065	45.900	56.200
Receitas de parcerias	98.435	96.835	11.338
Juros	877	877	16.595
Outras despesas operacionais	(166.485)	(275.750)	(135.411)
Descontos concedidos	(84.501)	(146.123)	(71.276)
Despesas com cartão de crédito ⁽¹⁾	(51.842)	(83.218)	(41.861)
Correspondente bancário	(1.825)	(7.550)	(10.951)
Outras	(28.317)	(38.859)	(11.323)
Total	35.760	16.105	44.395

⁽¹⁾ Ao longo do primeiro semestre de 2023, a Financiadora, considerando os princípios emanados pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, reclassificou suas provisões referentes a fraudes e riscos operacionais para a rubrica de despesas operacionais. Estas despesas até então eram registradas como despesas administrativas.

21. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, inclusive os respectivos efeitos em contas de resultado, efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são os seguintes:

	Ativo (Passivo)			Receitas (Despesas)	
	31/12/2023	31/12/2022	2º semestre	31/12/2023	31/12/2022
Arthur Lundgren Tecidos S.A.					
– Casas Pernambucanas (Controladora)					
Outros ativos	287.575	-	(15.000)	(15.000)	-
Valores a receber (i)	149.979	47.484	-	-	-
Contas a pagar (ii)	(61.741)	(53.730)	(5.733)	(24.517)	-
Contas a receber / pagar (iii)	(6.259)	(2.626)	79.836	63.273	(114.598)
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos (iv)	(8.275)	(7.151)	(1.579)	(2.664)	(917)

(i) Referem-se, substancialmente, aos pagamentos de clientes financiados, efetuados na Controladora, que são repassados para a Financiadora no prazo médio de cinco dias, e o risco sacado conforme destacado na Nota 8.

(ii) Referem-se aos valores a repassar à Controladora, em um prazo médio de cinco dias a vinte e oito dias, relativos a financiamentos de clientes.

(iii) A Controladora e a Financiadora, em outubro de 2016, firmaram parceria na qual consiste em oferecer aos clientes, dentre outros, os seguintes produtos: cartão de crédito de circulação ampla (bandeirado) ou restrita (*private label*), operações de crédito pessoal, operações de crédito ao consumidor, distribuição de quaisquer outros produtos financeiros, previdenciários ou securitários, bem como quaisquer outros negócios, serviços ou produtos permitidos pela regulamentação do CMN, BACEN e da SUSEP. Todas as receitas e despesas são divididas entre as duas empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma. Esta divisão é feita mensalmente através da apresentação dos resultados do mês e a devida liquidação entre as duas empresas no mês subsequente.
Em 31 de dezembro de 2023, o resultado da parceria está distribuído em despesas de *profit sharing* de R\$ 73.787 (R\$ 75.763 em 31 de dezembro de 2022), reembolsos de despesas administrativas de R\$ 1.957 (R\$ 9.909 em 31 de dezembro de 2022) e remuneração por serviços de empregados da Controladora de R\$ 8.573 (R\$ 3.301 em 31 de dezembro de 2022).

(iv) Recursos de aceites cambiais referem-se às letras de câmbio emitidas pela Financiadora, pactuadas junto aos administradores.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 9.384 (R\$ 4.229 em 31 de dezembro de 2022), incluindo salários e encargos.

A Financiadora não concede outros benefícios aos administradores e aos empregados, tais como: assistência médica pós-emprego, plano de pensão na condição de benefício definido ou contribuição definida ou, ainda, remuneração baseada em ações.

22. Resultados não recorrentes	31/12/2023	31/12/2022
Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/2020 considera-se resultado não recorrente, o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Financiadora não apresentou resultados não recorrentes.		
23. Limites operacionais (acordo da Basileia)	31/12/2023	31/12/2022
A Financiadora, considerando o aporte de capital no valor de R\$ 60.000 já pagos pela Controladora e em processo de homologação junto ao DEORF/BACEN, apresentou o índice da Basileia em 13,17% e está enquadrada nos limites de riscos regulatórios.		

	R\$ Mil	31/12/2023	31/12/2022
1. Patrimônio de referência		551.070	376.296
2. RWA			
- Risco de Crédito (RWAcpad)		3.863.626	2.941.260
- Risco de Mercado (RWAcam)		1.079	1.927
- Risco Operacional (RWAopad)		318.865	244.823
Total RWA		4.183.570	3.188.010
3. Capital mínimo requerido			
- Risco de Crédito		309.090	235.301
- Risco de Mercado		86	154
- Risco Operacional		25.509	19.586
Total capital mínimo requerido		334.686	255.041
4. Margem de capital mínimo requerido [1-3]		216.385	121.255
5. Capital adicional		104.589	79.700
6. Margem Pilar I [4-5]		111.795	41.555
7. Rban - Juros carteira não negociável		37.038	20.050
8. Margem Pilar II [6-7]		74.757	21.505
9. Índice de Basileia [1/2]		13,17%	11,80%

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2024.

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Wiliam Shigueaki Tatebe
Contador CRC 1SP253071/O-3



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>